do decreto n.º 26:156 serão extintos à medida que vagarem, depois de colocados os desembargadores que desempenham os lugares de ajudantes dos Procuradores da República e de secretário da Procuradoria Geral da República.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Fevereiro de 1936.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Manuel Ortins de Bettencourt — Armino Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Direcção Geral da Justiça

Decreto n.º 26:368

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 55.º do decreto n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Leiria.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Fevereiro de 1936.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política e Civil

4.ª Repartição

Portaria n.º 8:366

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, aprovada pelo

decreto-lei n.º 23:228, de 15 de Novembro de 1933, que seja publicada nos *Boletins Officiais* de todas as colónias a lei n.º 1:913, de 23 de Maio de 1935, que estabeleceu as bases relativas ao Conselho do Império Colonial.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 22 de Fevereiro de 1936.— O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado.*

Direcção Geral de Fomento Colonial

Repartição de Serviços Económicos

Portaria n.º 8:367

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, aprovada pelo decreto-lei n.º 23:228, de 15 de Novembro de 1933, que sejam publicados nos *Boletins Officiais* de todas as colónias, para terem execução na parte aplicável, o decreto-lei n.º 25:509, de 15 de Junho de 1935, que regulamentou a protecção de marcas de vinhos e aguardentes de origem estrangeira, e o decreto-lei n.º 25:545, de 26 de Junho de 1935, que define o significado da designação «espumante natural» ou «espumoso» aplicada aos vinhos.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 22 de Fevereiro de 1936.— O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado.*

Portaria n.º 8:368

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, aprovada pelo decreto-lei n.º 23:228, de 15 de Novembro de 1933, que sejam publicados nos *Boletins Officiais* de todas as colónias, para terem a devida execução, o decreto-lei n.º 26:164, de 30 de Dezembro de 1935, e o decreto-lei n.º 26:057, de 16 de Novembro de 1935, a que o primeiro se refere.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 22 de Fevereiro de 1936.— O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado.*